

**Observatorio de las Ciencias
Sociales en Iberoamérica**

OCSI

VOL. 4 N° 1 ENERO - MARZO 2023

ISSN: 2660-5554



TABLA DE CONTENIDO

Alfabetização financeira: estudo com colaboradores de uma cooperativa de saúde Unimed no Brasil. Gilmar Jorge Wakulicz, Berenice Santini, Gustavo Fontinelli Rossés, Daniela Benetti, Marcelo Tomazi.	01
Uso de medios tecnológicos, un resumen reflexivo. Axel Etchart Vidal.	17
Incidencia de la sostenibilidad en la gestión educativa, la situación latinoamericana. Iván Leonardo Medina Alvarado.	21

ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA: ESTUDO COM COLABORADORES DE UMA COOPERATIVA DE SAÚDE UNIMED NO BRASIL

Gilmar Jorge Wakulicz. <http://orcid.org/0000-0001-7564-2030>. Economista. Dr. Extensão Rural. Colégio Politécnico da UFSM. gilmarwakulicz@politecnico.ufsm.br.

Berenice Santini. <http://orcid.org/0000-0002-5300-8917>. Eng. Mecânica. Dra. Administração. Colégio Politécnico da UFSM. bsantini@politecnico.ufsm.br

Gustavo Fontinelli Rossés. <http://orcid.org/0000-0001-6748-0991>. Administrador. Dr. Extensão Rural. Colégio Politécnico da UFSM. gustavo@politecnico.ufsm.br

Daniela Benetti. <http://orcid.org/0000-0003-4775-1859>. Tecnóloga em Gestão de Cooperativas. Colégio Politécnico da UFSM. danicbenetti@yahoo.com.br

Marcelo Tomazi <https://orcid.org/0000-0001-8707-9898> Eng. Agrônomo. Tecnólogo em Gestão de Cooperativas. Cotrirel mctomazi@hotmail.com

RESUMO

A alfabetização financeira envolve diversas atividades do cotidiano, promove a saúde financeira e a qualidade de vida. Ela é composta por conhecimento, atitude e comportamento financeiros. O presente estudo teve como objetivo identificar e analisar a alfabetização financeira dos colaboradores de uma das Cooperativas de Saúde Unimed situada no Sul do Brasil. Trata-se de uma pesquisa descritiva que utilizou um questionário, composto por 41 questões, como instrumento de coleta de dados. Teve como foco os construtos de "conhecimento financeiro" e de "comportamento financeiro". A pesquisa baseou-se em dados quantitativos e utilizou técnicas estatísticas, que permitem traduzir opiniões e informações em valores numéricos, a fim de classificá-los e analisá-los. Foram obtidas noventa respostas cujos resultados demonstraram que os colaboradores apresentam um nível de conhecimento financeiro satisfatório, atentando-se para as questões envolvendo contas e compromissos de crédito cujo índice elevado alerta para a propensão ao endividamento. Conclui-se que conhecer tais resultados é fundamental, pois evidencia que a saúde financeira afeta diretamente a qualidade de vida dos indivíduos.

Palavras-chave: alfabetização financeira, comportamento financeiro, conhecimento financeiro.

FINANCIAL LITERACY: STUDY WITH EMPLOYEES OF A UNIMED HEALTH COOPERATIVE UNIT IN BRAZIL

ABSTRACT

Financial literacy involves several daily activities, promotes financial health and quality of life. It is composed of financial knowledge, attitude and behavior. The present study aimed to identify and analyze the financial literacy of employees of one of the Unimed Health Cooperatives located in southern Brazil. This is descriptive research that used a questionnaire, consisting of 41 questions, as a data collection instrument. It focused on the constructs of "financial knowledge" and "financial behavior". The research was based on quantitative data and used statistical techniques, which allow translating opinions and information into numerical values, in order to classify and analyze them. Ninety responses were obtained, the results of which demonstrated that employees have a satisfactory level of financial knowledge, paying attention to questions involving accounts and credit commitments whose high index alerts to the propensity for indebtedness. It is concluded that knowing these results is essential, as it shows that financial health directly affects the quality of life of individuals.

Keywords: financial literacy, financial behavior, financial knowledge.

ALFABETIZACIÓN FINANCIERA: ESTUDIO CON EMPLEADOS DE UNA COOPERATIVA DE SALUD DE UNIMED EN BRASIL

RESUMEN

La educación financiera involucra varias actividades diarias, promueve la salud financiera y la calidad de vida. Se compone de conocimiento, actitud y comportamiento financiero. El presente estudio tuvo como objetivo identificar y analizar la alfabetización financiera de los empleados de una de las Cooperativas de Salud Unimed ubicadas en el sur de Brasil. Se trata de una investigación descriptiva que utilizó un cuestionario, compuesto por 41 preguntas, como instrumento de recolección de datos. Se centró en los constructos de "conocimiento financiero" y "comportamiento financiero". La investigación se basó en datos cuantitativos y utilizó técnicas estadísticas, que permiten traducir opiniones e información en valores numéricos, con el fin de clasificarlos y analizarlos. Se obtuvieron noventa respuestas, cuyos resultados demostraron que los empleados tienen un nivel satisfactorio de conocimiento financiero, prestando atención a cuestiones relacionadas con cuentas y compromisos crediticios cuyo alto índice alerta sobre la propensión al endeudamiento. Se concluye que conocer estos resultados es fundamental, ya que muestra que la salud financiera afecta directamente la calidad de vida de los individuos.

Palabras clave: alfabetización financeira, comportamento financeiro, conhecimentos financeiros.

1 Introdução

Indivíduos financeiramente alfabetizados tendem a planejar o futuro, adquirir bens de acordo com sua necessidade e renda e organizar o orçamento familiar com base na sua capacidade financeira. E à medida que essa gestão financeira toma proporções coletivas, torna-se um instrumento importante na promoção do desenvolvimento econômico.

O reconhecimento da importância da gestão financeira tem suscitado o aprofundamento dos estudos sobre o tema. Os governos e as instituições de modo geral estimulam a criação de programas que buscam elevar o nível de conhecimento financeiro da população. No Brasil, o Decreto 7.397, (Brasil, 2010) instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, com o intuito de promover a educação financeira e fortalecer a cidadania, auxiliando o cidadão na tomada de decisões conscientes e levando o sistema financeiro nacional a adquirir maior eficiência e solidez. Conforme o Banco Central do Brasil (BCB, 2019) há no país um programa gratuito sobre cidadania financeira, cujo objetivo é a inclusão financeira do indivíduo, oferecendo variados cursos *online*, inclusive sobre a gestão das finanças pessoais. Este programa trata de assuntos como a relação dos indivíduos com o dinheiro, orçamento pessoal ou familiar, crédito, causas e consequências do endividamento, consumo planejado e consciente, poupança e investimento. Além disso, permite entender riscos financeiros e medidas de prevenção e proteção consideradas adequadas para cada situação.

Mesmo assim, parece que a maior parte da população não busca informações com o intuito de auxiliar na gestão de suas finanças, tampouco se reúnem com os membros da família para discutir sobre implementação ou análise do orçamento familiar. A falsa sensação de domínio do conhecimento financeiro relaciona-se com excesso de confiança que, para Zerrenner (2007) *apud* Ribeiro *et al.* (2009, p. 6) “é um viés que faz com que as pessoas se endividem substancialmente, pois estes subestimam a probabilidade que eventos negativos que interrompam sua renda futura aconteçam, tais como a perda do emprego ou redução substancial da renda”. Sem tais conhecimentos, os indivíduos ficam mais propensos ao endividamento, ao comprometimento da renda com o pagamento de multas e juros e à perda de patrimônio. Tudo isso afeta diretamente o

bem-estar e a qualidade de vida das famílias, dado que “o bem-estar das pessoas está diretamente ligado à sua saúde financeira” (Hissa, 2009, p. 4).

O planejamento financeiro individual tem como propósito auxiliar o indivíduo a adequar o rendimento familiar às suas necessidades, eliminar gastos supérfluos, planejar compras futuras, realizar objetivos de vida e enfrentar com maior tranquilidade eventuais problemas. Já, “a alfabetização financeira é um fenômeno complexo, multifacetado, direta e indiretamente determinante de outros fatores comportamentais [...]” (Potrich, 2016, p. 28). Para Matta (2007, p. 4) “para que haja sucesso nas ações de educação financeira da população, é necessário que se conheça o quanto as pessoas sabem sobre as finanças pessoais e quais as suas demandas informacionais sobre o tema”.

Diante destas considerações, o presente estudo tem como objetivo identificar e analisar a alfabetização financeira dos colaboradores de uma Cooperativa de Saúde Unimed em relação às suas finanças pessoais. O foco foi dedicado à compreensão quanto ao conhecimento e ao comportamento dos respondentes, em relação às suas finanças pessoais.

2 Referencial teórico

Para subsidiar o estudo, procedeu-se a conceituação de alfabetização financeira em termos de suas dimensões, que são as atitudes, o conhecimento e o comportamento financeiros.

2.1 Alfabetização financeira

A alfabetização financeira é a melhor forma de preparar as pessoas para a gestão financeira pessoal. Essa expressão engloba um conjunto amplo de aspectos, não possui na literatura uma definição única e simples e tem sido frequentemente utilizada como sinônimo de educação financeira (Potrich, 2016).

O presente estudo adota para a expressão alfabetização financeira e outras de interesse deste estudo as definições desenvolvidas pela *Organisation for Economic Co-Operation and Development* (OECD), que mensura a alfabetização financeira em três dimensões: a educação financeira ou conhecimento financeiro, o comportamento financeiro e a atitude financeira (Potrich, 2016). Portanto, a propósito da comparação entre alfabetização e educação financeira, considera-se essa última como uma das dimensões da primeira, aquela que remete ao conhecimento na área financeira.

Segundo a OECD (2015a), a alfabetização financeira é uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessários para tomar decisões financeiras sólidas e alcançar o bem-estar financeiro individual. Potrich (2016), afirma que as definições de alfabetização financeira da OECD (2015a e 2015b) revelam uma interligação entre suas dimensões, onde “o conhecimento financeiro é a ferramenta que coordena as atitudes dos indivíduos, as quais, por sua vez, influenciam o comportamento de gestão financeira” (Potrich, 2016, p. 37). Assim, torna-se necessário entender as dimensões do conhecimento, das atitudes e do comportamento financeiros.

O conhecimento financeiro é a capacidade de um indivíduo compreender as informações financeiras vinculadas às transações operacionais (Huston, 2010). Ele é desenvolvido através das

interações, ao transmitir e ao receber informações em grupo, não restringindo-se à capacidade de conferir contas bancárias ou de construir orçamentos para poupança futura, mas sim a ter uma visão sistêmica de todas as decisões de crédito, poupança, investimento e consumo, compatíveis com a sua realidade financeira (Oliveira, 2012).

A atitude financeira é uma dimensão que, influenciada pelo conhecimento financeiro, permite aos indivíduos gerenciarem eficazmente os recursos monetários (Xiao *et al.*, 2011 *apud* Potrich, 2016). Ela pode ser desenvolvida por meio de sentimentos, emoções ou opiniões momentâneas ou ainda, evoluir para uma posição habitual, que pode influenciar no longo prazo o comportamento de alguém. Potrich (2016) alerta para pesquisas que demonstram que a formação ou a mudança de atitude financeira pode estar sujeita a estímulos contextuais, e que atitudes financeiras decorrentes do uso do dinheiro se estabelecem pelas experiências de cada indivíduo. Dessa forma, a atitude financeira assume caráter pessoal e contextual, tornando-a um construto menos sujeito a modelagem e a previsões.

Mas não basta ter conhecimento e atitude para ter estabilidade financeira. É preciso ainda dominar a terceira dimensão da alfabetização financeira, que é o comportamento. Para a OECD (2015a; 2015b), o comportamento financeiro é essencial e ainda mais importante do que as dimensões anteriores e representa a maneira como os indivíduos lidam com o dinheiro em suas vidas. É ele que concretiza o equilíbrio ou o desequilíbrio financeiro, tornando positivos os resultados da alfabetização financeira (Atkinson e Messy, 2015). Mundy (2011) afirma que há cinco aspectos que demonstram que o comportamento financeiro é adequado: honrar com despesas mensais, ter sob controle as finanças, planejar o futuro, fazer escolhas assertivas de produtos financeiros e manter-se atualizado com relação às questões financeiras.

Sendo vital para a efetiva gestão do dinheiro e do planejamento de longo prazo, a alfabetização financeira facilita a inclusão financeira dos indivíduos, podendo melhorar significativamente seu bem-estar financeiro (Atkinson e Messy, 2015).

Em seu estudo, Potrich (2016) mostra um levantamento de obras/autores que mensuram a alfabetização financeira por meio do conhecimento financeiro, como se ela fosse limitada a essa dimensão. A partir daí, faz uma discussão sobre a forma mais adequada de fazer essa mensuração, constrói e aplica um questionário que quantifica a alfabetização a partir das suas três dimensões (segundo a OECD), que são o conhecimento, a atitude e o comportamento financeiros.

Segundo o modelo de Potrich (2016), a alfabetização financeira está relacionada direta e indiretamente aos fatores comportamentais referentes ao materialismo, compras compulsivas e a propensão ao endividamento.

O materialismo se manifesta quando os valores materiais superam os éticos e morais. O consumo se dá através do que os outros possuem e não devido aquilo que é necessário para realizar os seus sonhos e desejos. Pode-se destacar que indivíduos materialistas tendem a acompanhar as demandas de consumo, com isso, comprando de forma compulsiva recorrendo a crediário e muitas vezes a empréstimos, alocando indevidamente os seus recursos e ficando mais suscetíveis ao endividamento (Potrich, 2016).

Em relação às compras compulsivas, de modo geral, pode-se defini-la como “a tendência a

comprar de forma repetitiva e crônica, que se torna uma resposta primária a eventos ou sentimentos negativos” (O’Guinn e Faber, 1989, p. 155). Da mesma forma, fica evidente que indivíduos com comportamento compulsivo também estão mais propensos ao endividamento, uma vez que suas aquisições, muitas vezes desnecessárias e oriundas do materialismo, comprometem o seu orçamento (Potrich, 2016).

A educação financeira torna-se fundamental para que os indivíduos entendam as práticas básicas para a gestão financeira pessoal. Ao adotarem uma conduta financeira adequada, ou seja, terem o entendimento/conhecimento das suas finanças pessoais, e efetivamente utilizarem este, os indivíduos reduzem as chances de incidirem num comportamento materialista e compulsivo, o que acaba por impactar positivamente na redução da contração de dívidas.

3 Metodologia

Trata-se de pesquisa descritiva, pois “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (Gil, 2002, p. 42). A pesquisa baseou-se em dados quantitativos e utilizou técnicas estatísticas, que permitem traduzir opiniões e informações em valores numéricos, a fim de classificá-los e analisá-los (Malhotra, 2006).

O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário, que Marconi e Lakatos (2009) afirmam servir na obtenção de dados primários, a partir de uma série ordenada de perguntas, que podem ser respondidas sem a presença do entrevistador. O questionário formulado e validado por Potrich (2016) foi adaptado para o presente estudo, a fim de possibilitar a identificação e a avaliação dos comportamentos, dos conhecimentos financeiros e do perfil dos respondentes. O instrumento restou composto por quarenta e uma questões objetivas que buscaram dados para entender os aspectos descritos no Quadro 1.

Quadro 1

Descrição do instrumento de coleta de dados

Aspectos	Questões
Renda e utilização de cartão de crédito	1 e 6
Gestão dos recursos financeiros	2-5
Perfil dos gastos e pagamentos	7-8
Comportamento financeiro (controle e poupança)	9-21
Conhecimento Financeiro (básico e avançado)	22-31
Perfil dos respondentes	1-10 (parte II)

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

O questionário foi organizado em duas partes, sendo a primeira composta por 31 questões e a segunda por mais 10 questões. Na primeira parte, as oito primeiras questões objetivam identificar: qual a fonte de renda da unidade familiar do respondente; quem seria o responsável por prover os recursos familiares; qual o nível de conhecimento do respondente sobre gerenciamento de dinheiro; qual o seu grau de satisfação quanto a sua situação financeira; como são os seus gastos em relação a renda; e como lidam com o crédito. As 13 questões seguintes buscam entender o comportamento financeiro e as 10 restantes representam o conhecimento financeiro dos respondentes. A segunda parte do questionário compõe-se de dez questões referentes ao perfil do respondente.

A aplicação do referido questionário ocorreu em junho de 2019 para um público alvo composto por cem colaboradores Sede Administrativa da Cooperativa de Saúde Unimed, situada no município de Santa Maria, no Sul do Brasil. Foram respondidos 90 dos 100 questionários enviados.

A análise dos dados se deu através da estatística descritiva, visando caracterizar a amostra e descrever os aspectos elencados no Quadro 1. A estatística descritiva tem como finalidade resumir a poucos números o conjunto de todos os dados coletados em uma dada investigação. Ela envolve basicamente distribuições de frequências e representações tabelares e gráficas, medidas de tendência central, dispersão, dentre outros. Esta técnica de análise dos resultados é importante, uma vez que sintetiza os valores de mesma natureza e os coloca de forma organizada para uma fácil compreensão dos resultados.

4 Resultados e análises

Essa seção tem como finalidade apresentar os principais resultados da pesquisa e analisá-los, tendo como base os estudos realizados anteriormente e citados no capítulo de referencial teórico.

A fim de garantir a compreensão adequada dessa discussão, segmentou-se os resultados de acordo com os aspectos de investigação expostos no quadro X. Eles foram organizados nas subseções a seguir, iniciando-se pela parte II (perfil dos respondentes), com o intuito de facilitar a compreensão dos leitores. Em todas as tabelas, os percentuais considerados correspondem ao percentual válido de respondentes. Ao todo foram 90 respondentes que participaram da pesquisa, todos colaboradores da Unimed do município de Santa Maria.

4.1 Perfil dos respondentes

A parte II do questionário refere-se ao perfil dos respondentes. As dez questões e os resultados obtidos estão sumarizados na Tabela 1.

Tabela 1
Perfil dos respondentes

Objeto e alternativas das questões		Frequência	Percentual
Gênero	Masculino	20	22,2%
	Feminino	70	77,8%
Faixa Etária	Até 23 anos	9	10,0%
	De 24 a 31 anos	23	25,6%
	De 32 a 45 anos	36	40,0%
	Mais de 45 anos	22	24,4%
Estado Civil	Solteiro(a)	37	41,1%
	Casado(a)	44	48,9%
	Separado(a)	5	5,6%
	Viúvo(a)	4	4,4%
Estudante	Não	62	68,9%
	Sim	28	31,1%
Dependentes	Não	36	40,0%
	Sim	54	60,0%
Escolaridade	Ensino fundamental	-	-
	Ensino médio	10	11,1%
	Curso técnico	14	15,6%
	Ensino superior	38	42,2%
	Especialização ou MBA	26	28,9%
Escolaridade dos pais	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	2	2,2%
	Ensino fundamental	38	42,2%
	Ensino médio	31	34,4%
	Curso técnico	4	4,4%

	Ensino superior	11	12,2%
	Especialização ou MBA	4	4,4%
	Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i>	2	2,2%

Fonte: Dados do estudo (2019).

A Tabela 1 mostra que a maioria dos respondentes (77,8%) são do gênero feminino e apenas 22,2% são do gênero masculino. A maioria dos respondentes está na faixa etária dos 32 a 45 anos (40,0%). Os casados representam 48,9% e os solteiros 41,1% (amostra mais equilibrada nesse quesito). Quanto a possuir dependentes, a maioria reportou que sim (60,0%).

Ao questionamento sobre ocupação, 93,3% responderam serem empregados assalariados e 6,7% responderam “outros”. Esse percentual de “outros” pode representar os estagiários contratados para atuar nos mais diversos setores da cooperativa.

A grande maioria dos respondentes não está estudando (68,9%). Quanto ao grau de escolaridade, 42,2% concluíram o ensino superior e 28,9% possuem curso de pós-graduação. Entre os pais dos respondentes, 42,2% possuem ensino fundamental e 34,4% possuem ensino médio completo. Percebe-se que o nível de escolaridade dos respondentes é sensivelmente maior do que o nível de seus pais. Esta é uma variável socioeconômica interessante e que evidencia, conforme Messy e Monticone (2016), que baixos níveis de estudo possuem relação com baixos níveis de alfabetização financeira. Em sentido inverso, Scheresberg (2013), em seus estudos, verificou que os indivíduos com maior grau de escolaridade apresentam maior nível de alfabetização financeira, e esta diferença se acentua entre os que possuem um diploma universitário e curso de pós-graduação, em relação àqueles que possuem níveis menores de educação.

4.2 Renda e utilização de cartão de crédito

Duas questões fizeram referência à renda e à utilização de cartão de crédito pelos respondentes. Os dados estão expressos na Tabela 2.

Tabela 2

Perfil da renda e utilização de cartão de crédito dos respondentes

Objeto e alternativas das questões		Frequência	Percentual
Renda própria	Não possui renda própria	-	-
	Até R\$ 998,00	6	6,7%
	Entre R\$ 998,01 e R\$ 1.996,00	18	20,0%
	Entre R\$ 1.996,01 e R\$ 2.994,00	29	32,2%
	Entre R\$ 2.994,01 e R\$ 3.992,00	17	18,9%
	Entre R\$ 3.992,01 e R\$ 5.998,00	12	13,3%
	Entre R\$ 5.998,01 e R\$ 7.984,00	2	2,2%
	Entre R\$ 7.984,01 e R\$ 9.980,00	3	3,3%
Renda familiar	Acima de R\$ 9.980,01	3	3,3%
	Até R\$ 998,00	1	1,1%
	Entre R\$ 998,01 e R\$ 1.996,00	5	5,6%
	Entre R\$ 1.996,01 e R\$ 2.994,00	17	18,9%
	Entre R\$ 2.994,01 e R\$ 3.992,00	21	23,3%
	Entre R\$ 3.992,01 e R\$ 5.998,00	18	20,0%
	Entre R\$ 5.998,01 e R\$ 7.984,00	10	11,1%
Principal fonte de renda	Entre R\$ 7.984,01 e R\$ 9.980,00	7	7,8%
	Acima de R\$ 9.980,01	11	12,2%
	Salário	86	95,6%
	Aposentadoria ou pensão	3	3,3%
	Benefícios ou subsídios do governo	-	-
Principal fonte de renda	Ganhos próprios ou provenientes do negócio da família	-	-
	Auxílio de membros da família que não vivem em casa	1	1,1%

	Auxílio de outra(s) pessoa(s)	-	-
Do total de cartões de crédito que você possui, quantos está utilizando no momento?	Nenhum	2	2,2%
	01 cartão de crédito	61	67,8%
	02 cartões de crédito	22	24,4%
	03 cartões de crédito	4	4,4%
	04 cartões de crédito	-	-
	05 ou mais cartões de crédito	1	1,1%

Fonte: Dados do estudo (2019).

A maioria dos respondentes (32,2%) declararam que sua renda própria estava entre R\$ 1.996,01 e R\$ 2.994,00, 20,0% que estava entre R\$ 998,00 e R\$ 1.996,00 e 18,9% entre R\$ 2.994,01 e R\$ 3.992,00. Quanto à renda familiar, a maioria (23,3%) estava no intervalo de R\$ 2.994,01 a R\$ 3.992,00, sendo que os dois intervalos próximos a esse (anterior e posterior) tiveram percentuais bem próximos, de 18,9% no intervalo entre R\$ 1.996,01 e R\$ 2.994,00 e de 20,0% entre R\$ 3.992,01 e R\$ 5.998,00. Pode-se observar que a renda familiar é sensivelmente mais alta do que a renda própria individual. O salário vem em primeiro lugar como a principal fonte de renda dos colaboradores (95,6%).

Em relação ao cartão de crédito, 67,8% indicaram que fazem uso de um cartão, enquanto 24,4% possuem dois cartões em uso. Potrich (2016), em seu estudo com uma amostra de 2.487 indivíduos, observou que 73,62% dos respondentes afirmaram que a sua principal fonte de renda é proveniente do salário, e, em relação ao uso do cartão de crédito, 40,86% afirmaram utilizar apenas um cartão de crédito. Uma justificativa para a diferença em relação ao uso de somente um cartão de crédito pode estar no nível de escolaridade da população pesquisada. Vimos que, nesta pesquisa, 73,3% dos respondentes possuem graduação, pós-graduação ou MBA e Pós-Graduação Stricto Sensu, enquanto no estudo de Potrich (2016), 35,14% dos respondentes estão contemplados nestes níveis de escolaridade, e 55,11% possuem ensino fundamental ou médio.

4.3 Gestão dos recursos financeiros

Quatro questões buscaram representar o perfil do gerenciamento financeiro dos respondentes. Os dados estão expressos na Tabela 3.

Tabela 3
Perfil do gerenciamento financeiro dos respondentes

Objeto e alternativas das questões		(Frequência) Percentual
Quem é responsável por prover recursos para o pagamento das contas na sua família?	Você.	(19) 21,1%
	Você e seu(sua) parceiro(a).	(47) 52,2%
	Seu(sua) parceiro(a).	(-) -
	Você e outro membro da família.	(15) 16,7%
	Seus pais.	(9) 10,0%
	Outro membro da família.	(-) -
Em comparação com as outras pessoas que você conhece, o quanto você sabe como gerir seu dinheiro?	Mais do que a maioria.	(34) 37,8%
	O mesmo que a maioria.	(47) 52,2%
	Menos do que a maioria.	(5) 5,6%
	Não sei.	(4) 4,4%
	Em casa com minha família.	(40) 44,4%
Onde você mais aprendeu sobre como gerir o seu dinheiro?	Na escola ou na faculdade.	(10) 12,2%
	Em cursos.	(4) 4,4%
	Nas conversas com meus amigos.	(4) 4,4%
	Na internet, revistas, livros, TV ou rádio.	(5) 5,6%
	Sozinho, nas experiências ao gerir meu dinheiro.	(25) 27,8%
	Outros.	(1) 1,1%
	Outros.	(1) 1,1%
No geral, considerando seus bens, dívidas e poupança,	Totalmente insatisfeito.	(-) -
	Insatisfeito.	(19) 21,1%

quanto satisfeito você está com sua situação financeira?	Indiferente.	(3) 3,3%
	Satisfeito.	(63) 70,0%
	Totalmente satisfeito.	(5) 5,6%

Fonte: Dados do estudo (2019).

A maior parte dos respondentes (52,2%) destacam que a responsabilidade pela geração da renda familiar é a combinação de sua renda com a de seu(sua) parceiro(a) e mais 16,7% afirmaram que assumem essa responsabilidade junto com a outro membro da família, que não o(a) parceiro(a). Somando-se esses percentuais, tem-se que 69,9% dos respondentes não são os únicos membros da família a gerar renda. Apenas 21,1% dos colaboradores afirmam serem os únicos responsáveis. Destaca-se que alguns desses resultados confirmam os achados de Potrich (2016), que verificou que 40,13% dos indivíduos da sua amostra tinha responsabilidade pela geração da renda familiar combinada com seu(sua) parceiro(a).

No que tange ao conhecimento em gerenciar seu dinheiro, 52,2% julgaram saber o mesmo que a maioria, enquanto que 37,8% alegam saber mais que a maioria. Potrich (2016) obteve resultado similar, com 49,20% dos respondentes julgando saber o mesmo que a maioria.

Quando questionados sobre a maneira pela qual aprenderam a realizar esse gerenciamento, 44,4% afirmaram ter aprendido em casa com a família. Já para outros colaboradores (27,8%), as experiências individuais resultaram em conhecimento para gerir os recursos. Por último, os colaboradores foram questionados sobre o grau de satisfação quanto à sua situação financeira, considerando seus bens, dívidas e poupança, onde 70,0% afirmaram estar satisfeitos, enquanto 21,1% declararam estar insatisfeitos.

4.4 Perfil dos gastos e pagamentos

Dois questões buscaram representar o perfil dos gastos e pagamentos dos respondentes. Os dados estão expressos na Tabela 4.

Tabela 4
Perfil dos gastos e pagamentos dos respondentes

	Objeto e alternativas das questões	(Frequência) Percentual
Com relação aos seus gastos, você diria que...	Gasto mais do que ganho.	(18) 20,0%
	Gasto igual ao que ganho.	(31) 34,4%
	Gasto menos do que ganho.	(41) 45,6%
Qual das seguintes afirmações melhor descreve o quão bem você (e/ou sua família) está(ão) acompanhando atualmente as suas contas e compromissos de crédito?	Não possuo/não possuímos contas ou compromissos de crédito.	(5) 5,6%
	Eu estou/nós estamos pagando todas as contas e compromissos, sem quaisquer dificuldades.	(37) 41,1%
	Eu estou/nós estamos pagando todas as contas e compromissos, com algumas dificuldades.	(43) 47,8%
	Eu estou/nós estamos pagando todas as contas e compromissos, com muitas dificuldades.	(-) -
	Eu estou/nós estamos deixando em atraso algumas contas ou compromissos de crédito.	(4) 4,4%
	Eu estou/nós estamos com sérios problemas financeiros, atrasando contas e compromissos de crédito.	(1) 1,1%
	Não sei.	(-) -

Fonte: Dados do estudo (2019).

Referente à renda obtida, 45,6% dos colaboradores dizem gastar menos do que ganham, seguidos daqueles que gastam igual ao que ganham (34,4%) e mais do que ganham (20,0%). Esses resultados assemelham-se aos achados de Potrich (2016), onde 42,61% dos indivíduos disseram

gastar menos do que ganhavam, 36,54% afirmam gastar igual ao que ganham, e 20,84% afirmaram gastar mais do que ganham.

Quando indagados de quão bem estão acompanhando as contas e os compromissos de crédito, 47,8% afirmaram estar pagando todas as contas e compromissos com algumas dificuldades, seguidos daqueles que conseguem pagar todas as contas e compromissos sem quaisquer dificuldades (41,1%). Esses resultados parecem coerentes com os anteriores, constituindo um cenário positivo onde predomina o controle dos gastos e a honra dos compromissos de pagamentos.

4.5 Comportamento financeiro (Controle e poupança)

Seguiram-se treze proposições sobre o comportamento financeiro, referentes ao controle e à poupança. Os resultados obtidos estão expressos na Tabela 5.

Tabela 5
Perfil quanto ao comportamento financeiro dos respondentes

	Proposições	Freq. *N	Freq. *Q. N.	Freq. *À. V.	Freq. *Q. S.	Freq. *S.
Controle	Anoto e controlo os meus gastos pessoais (Ex.: planilha de receita e despesas mensais).	(13) 14,4%	(4) 4,4%	(23) 25,6%	(23) 25,6%	(27) 30,0%
	Comparo preços ao fazer uma compra.	(1) 1,1%	(2) 2,2%	(17) 18,9%	(25) 27,8%	(45) 50,0%
	Tenho um plano de gastos/orçamento.	(10) 11,1%	(16) 17,8%	(16) 17,8%	(23) 25,6%	(25) 27,8%
	Consigo identificar os custos que pago ao comprar um produto no crédito.	(4) 4,4%	(6) 6,7%	(16) 17,8%	(25) 27,8%	(39) 43,3%
	Pago minhas contas em dia.	(1) 1,1%	(3) 3,3%	(5) 12	(26) 28,9%	(55) 61,1%
	Eu analiso minhas contas antes de fazer uma compra grande.	(2) 2,2%	(1) 1,1%	(10) 11,1%	(20) 22,2%	(57) 63,3%
	Eu pago as contas do cartão de crédito integralmente para evitar cobrança de juros.	(2) 2,2%	(1) 1,1%	(2) 2,2%	(8) 8,9%	(77) 85,6%
Poupança	Faço uma reserva do dinheiro que recebo mensalmente para uma necessidade futura.	(12) 13,3%	(11) 12,2%	(29) 32,2%	(15) 16,7%	(23) 25,6%
	Eu guardo parte da minha renda todo mês.	(16) 17,8%	(16) 17,8%	(23) 25,6%	(14) 15,6%	(21) 23,3%
	Poupo regularmente para atingir objetivos financeiros a longo prazo como: educação dos meus filhos, aquisição de uma casa, aposentadoria.	(15) 16,7%	(15) 16,7%	(21) 23,3%	(18) 20,0%	(21) 23,3%
	Eu passo a poupar mais quando recebo um aumento salarial.	(5) 5,6%	(13) 14,4%	(33) 36,7%	(25) 27,8%	(14) 15,6%
	Possuo uma reserva financeira igual ou maior a três vezes as minhas despesas mensais, que pode ser resgatada rapidamente.	(29) 32,2%	(19) 21,1%	(19) 21,1%	(14) 15,6%	(9) 10,0%
	Nos últimos 12 meses tenho conseguido poupar dinheiro.	(18) 20,0%	(15) 16,7%	(27) 30,0%	(15) 16,7%	(15) 16,7%

*N.: nunca; Q. N.: quase nunca; A. V.: às vezes; Q. S.: quase sempre; S.: sempre
Fonte: Dados do estudo (2019).

Observa-se que 30,0% dos respondentes disseram que sempre anotam e controlam os seus gastos, ao passo que 25,6% o fazem às vezes ou quase sempre. Ao realizar uma compra, 50,0% dos respondentes afirmaram sempre comparar os preços, enquanto 27,8% quase sempre comparam. No item plano de gastos/orçamento, 27,8% dizem possuir um plano, 25,6% quase sempre possuem. 43,3% afirmaram sempre conseguir realizar a identificação dos custos dos produtos ao realizarem compras e 27,8% responderam que quase sempre conseguem. Para a proposição do pagamento em dia das contas, 61,1% dos respondentes afirmaram que sempre o fazem e 28,9% responderam que quase sempre. A cautela dos respondentes fica evidente quando 63,3% afirmam que analisam as

contas antes de fazer uma compra grande e quando 85,6% dizem que pagam integralmente a fatura do cartão de crédito a fim de evitar a incidência de juros. Esses resultados mostram que no que se refere a controle os respondentes demonstram comportamento bem positivo, tendo todas as proposições obtido maior percentual na resposta “sempre”.

Quanto ao aspecto de poupança, 32,2% afirmaram somente às vezes realizar uma reserva do dinheiro para prevenir uma necessidade futura, 25,6% sempre realizam, enquanto 13,3% nunca o fazem. Do mesmo modo, 25,6% às vezes guardam mensalmente parte da renda, e 17,8% nunca guardam dinheiro algum. Diante da variável poupar para alcançar os objetivos a longo prazo, 23,3%, coincidentemente, afirmaram poupar sempre e às vezes, 16,7% nunca poupam, enquanto 36,7% afirmaram que somente às vezes poupam mais ao receber aumento salarial. Referente a manter uma reserva financeira que lhes permita resgatar rapidamente seus recursos (liquidez), 32,2% afirmaram nunca terem feito tal reserva, enquanto somente 10,0% sempre a fazem. Quando questionados se nos últimos doze meses conseguiram poupar, 30,0% afirmaram que às vezes conseguem, 20,0% nunca, e 16,7% sempre conseguem. Os maiores percentuais de respostas nessas proposições de poupança estão na coluna intermediária, da resposta “às vezes”, indicando que o comportamento nesses aspectos é menos positivo do que o comportamento nos aspectos de controle.

4.6 Conhecimentos financeiros (básico e avançado)

As dez questões seguintes buscaram identificar o conhecimento financeiro básico e avançado dos colaboradores. A tabela 6 organiza as cinco questões e os dados obtidos sobre conhecimento financeiro básico.

Tabela 6

Perfil quanto ao conhecimento financeiro básico dos respondentes

Questões	Alternativas	(Frequência) Percentual
Suponha que você tenha R\$ 100,00 em uma conta poupança a uma taxa de juros de 10% ao ano. Depois de 5 anos, qual o valor que você terá na poupança? Considere que não tenha sido depositado nem retirado dinheiro.	*Mais do que R\$ 150,00.	(40) 44,4%
	Exatamente R\$ 150,00.	(33) 36,7%
	Menos do que R\$ 150,00.	(4) 4,4%
	Não sei.	(13) 14,4%
Imagine que a taxa de juros incidente sobre a sua conta poupança seja de 6% ao ano e a taxa de inflação seja de 10% ao ano. Após 1 ano, o quanto você será capaz de comprar com o dinheiro dessa conta? Considere que não tenha sido depositado nem retirado dinheiro.	Mais do que hoje.	(15) 16,7%
	Exatamente o mesmo.	(4) 4,4%
	*Menos do que hoje.	(46) 51,1%
	Não sei.	(25) 27,8%
Suponha que você realizou um empréstimo de R\$ 10.000,00 para ser pago após um ano e o custo total com os juros é R\$ 600,00. A taxa de juros que você irá pagar nesse empréstimo é de...	0,30%.	(-) -
	0,60%.	(7) 7,8%
	3%.	(2) 2,2%
	*6%.	(62) 68,9%
	Não sei.	(19) 21,1%
Suponha que você viu um mesmo televisor em duas lojas diferentes pelo preço inicial de R\$ 1.000,00. A loja A oferece um desconto de R\$ 150,00, enquanto a loja B oferece um desconto de 10%. Qual a melhor alternativa?	*Comprar na loja A (desconto de R\$ 150,00).	(80) 88,9%
	Comprar na loja B (desconto de 10%).	(-) -
	Não sei.	(10) 11,1%
Imagine que cinco amigos recebem uma doação de R\$ 1.000,00 e precisam dividir o dinheiro igualmente entre eles. Quanto cada um vai obter?	R\$ 100,00.	-
	*R\$ 200,00.	(83) 92,2%
	R\$ 1.000,00.	(3) 3,3%
	R\$ 5.000,00.	-
	Não sei.	(4) 4,4%

*Resposta correta da questão.
Fonte: Dados do estudo (2019).

As cinco questões da Tabela 6 trazem situações hipotéticas e requerem conhecimentos

financeiros básicos sobre taxas de juros, valor do dinheiro no tempo, empréstimos e descontos. As respostas corretas estão em negrito na tabela. Observa-se que em todas as questões o maior percentual de respondentes escolheu a resposta correta. Na ordem em que aparecem as perguntas, os percentuais de acerto foram de 44,4%, 51,1%, 68,9%, 88,9% e 92,2%. No estudo realizado por Potrich (2016), as pesquisas referentes aos conhecimentos financeiros básicos atingiram resultados relativamente semelhantes, com 44,52% de acertos na primeira questão, 52,90% na segunda, 52,25% na terceira, 80,61% na quarta, e 84,46% na quinta.

Interessante observar que os percentuais de resposta “não sei” variaram de 4,4% (última questão, de divisão simples) a 27,8% (segunda questão, sobre inflação, ou valor do dinheiro no tempo). Uma amplitude grande de variação de 23,4 pontos percentuais, sugerindo discrepâncias relevantes no conhecimento dos temas das questões consideradas de conhecimento financeiro básico.

Os dados sobre conhecimento financeiro avançado foram coletados por meio de cinco questões e estão expressos na Tabela 7.

Tabela 7
Perfil quanto ao conhecimento financeiro avançado dos respondentes

Questões	Alternativas	(Frequência Percentual)
Considerando-se um longo período de tempo (ex.: 10 anos), qual ativo, normalmente, oferece maior retorno?	Poupança.	(8) 8,9%
	*Ações.	(24) 26,7%
	Títulos públicos.	(25) 27,8%
	Não sei.	(33) 36,7%
Normalmente, qual ativo apresenta maiores oscilações ao longo do tempo?	Poupança.	(1) 1,1%
	*Ações.	(56) 62,2%
	Títulos públicos.	(2) 2,2%
	Não sei.	(31) 34,4%
Quando um investidor distribui seus investimentos entre diferentes ativos, o risco de perder dinheiro...	Aumenta.	(8) 8,9%
	*Diminui.	(50) 55,6%
	Permanece inalterado.	(2) 2,2%
	Não sei.	(30) 33,3%
Um empréstimo com duração de 15 anos normalmente exige pagamentos mensais maiores do que um empréstimo de 30 anos, mas o total de juros pagos ao final do empréstimo será menor. Essa afirmação é...	*Verdadeira.	(59) 65,6%
	Falsa.	(17) 18,9%
	Não sei.	(14) 15,6%
Um investimento com alta taxa de retorno terá uma alta taxa de juros. Essa afirmação é:	*Verdadeira.	(59) 65,6%
	Falsa.	(8) 8,9%
	Não sei.	(23) 25,6%

*Resposta correta da questão.
Fonte: dados do estudo (2019).

Na primeira questão, sobre quais ativos normalmente oferecem o maior retorno em um longo período de tempo, os percentuais de respostas foram mais próximos entre si: 36,7% não souberam responder (índice muito próximo ao encontrado por Potrich (2016), que foi de 37,33%), 27,8% julgaram ser os títulos públicos (resposta incorreta), enquanto 26,7% responderam que as ações são as mais rentáveis (resposta correta). A maior parte dos respondentes não acertou a resposta, sugerindo pouco conhecimento sobre investimento em ativos. Essa observação está de acordo com os achados sobre poupança, expressos no perfil quanto ao comportamento financeiro dos respondentes (Tabela 5), que indica tímida propensão a formação de reservas e a investimentos entre os componentes da amostra.

Nas quatro últimas questões, o maior percentual de respondentes escolheu a resposta

correta. Na ordem em que aparecem, os percentuais de acerto foram de 62,2%, 55,6%, 65,6 % e 65,6% novamente. Dessas, duas referem-se a variações do valor de ativos, uma a empréstimos e uma diz respeito à taxas de retorno (juros). Destaca-se, mais uma vez, que alguns índices semelhantes foram identificados por Potrich (2016) em seu estudo. Para as questões dois (que trata da oscilação dos ativos ao longo do tempo) e três (que se refere ao risco dos ativos), responderam corretamente 58,90% e 45,98%, respectivamente. Por fim, para as duas últimas questões de verdadeiro ou falso, a quarta e a quinta, os percentuais atingiram 55,31% e 63,81%, respectivamente (Potrich, 2016).

Nas questões sobre conhecimento financeiro avançado, os percentuais de resposta “não sei” variaram de 15,6% (penúltima questão, sobre empréstimos) a 36,7% (primeira questão, sobre ativos para investimento). A amplitude de variação aqui foi de 21,1 pontos percentuais, um valor próximo ao encontrado nos valores da tabela anterior. Novamente, os dados sugerem discrepâncias relevantes no conhecimento entre os temas das questões consideradas de conhecimento financeiro avançado.

Considera-se, a partir desses resultados, que a maioria dos respondentes demonstrou ter bons conhecimentos financeiros básicos e avançados (embora estes um pouco menos do que aqueles, como esperado). Isso está coerente com o bom nível de escolaridade dos indivíduos da amostra (42,2% concluíram o ensino superior e 28,9% possuem curso de pós-graduação – ver Tabela 1).

Os resultados desse estudo indicam que a maioria dos respondentes tem bons conhecimentos financeiros aliados a situações equilibradas nas finanças pessoais. Alguns elementos de análise sugerem que o nível de educação financeira do grupo possa ser considerado satisfatório, entre eles: o plano de gastos e orçamento, que é realizado por 53,4% dos respondentes (entre sempre e quase sempre); o fato de que 88,9% cumprem (com ou sem dificuldades) seus compromissos de crédito; e o hábito de poupar (guardar recursos), onde 83,3% o tem (entre sempre, às vezes, e quando recebem aumento de salário).

Alguns dados observados são inquietantes, mas não chegam a prejudicar a avaliação satisfatória dada ao grupo. Tais dados referem-se a duas questões de poupança, na qual a primeira indica que 53,3 % dos indivíduos nunca, ou quase nunca, possuem uma reserva financeira que possa ser resgatada rapidamente, e a segunda, indica que 33,4 % dos indivíduos nunca, ou quase nunca, poupam regularmente para atingir objetivos financeiros de longo prazo. Essas duas questões servem para mostrar, respectivamente, a capacidade desses indivíduos em criar reservas de curto prazo para emergência e imprevistos, ou de longo prazo para objetivos como a educação dos filhos, aquisição de imóvel, ou construção de aposentadoria.

5 Considerações finais

Esse estudo partiu do pressuposto de que a alfabetização financeira é essencial para a boa administração das finanças pessoais, pois contribui para a formação de hábitos novos e saudáveis, permitindo não só uma vida financeira mais equilibrada, como possibilitando o desenvolvimento e a melhora na qualidade de vida dos indivíduos. Nesse sentido, o presente estudo teve por objetivo identificar e analisar a alfabetização financeira de um grupo de colaboradores da Sede Administrativa da Cooperativa de Saúde – Unimed Santa Maria em relação às suas finanças pessoais.

Os resultados e análises indicaram que a maioria dos indivíduos do grupo possui bons conhecimentos financeiros básicos e também avançados, embora os avançados sejam um pouco menores do que os básicos. Mas, conforme exposto no referencial teórico, não basta apenas ter o conhecimento sobre como gerenciar recursos financeiros. É necessário ter o comportamento efetivo para colocar o conhecimento em prática, habituando-se a controlar e planejar as suas ações financeiras, traçando estratégias e metas para alcançar seus objetivos de forma consistente. Reforçando tal colocação tem-se a citação de Potrich, Vieira e Kirch (2014), quando salientam que a educação financeira deve constituir uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessários para tomar decisões sólidas. É relevante destacar que nesse grupo a maioria possui nível superior completo, que se trata de um diferencial intelectual por si só, uma vez que denota uma parcela de vida relevante dedicada aos estudos, independente da área de atuação escolhida pelo indivíduo. Inclusive, no estudo realizado por Potrich (2016), a autora concluiu que quanto maior o nível de escolaridade dos indivíduos, maior é o seu nível de alfabetização financeira, corroborando os dados obtidos investigados nesse estudo.

Também se concluiu que a maioria dos colaboradores possui um plano de gastos, bem como consegue fazer alguma reserva de dinheiro. Contudo, para reservas de curto e longo prazos, as indicações mostraram-se um tanto quanto inquietantes, pois cerca da metade dos colaboradores tendem a não ter uma reserva de curto prazo, assim como cerca de um terço tende a não ter uma reserva de longo prazo. Sabe-se que dentro de uma estrutura financeira estável as reservas de curto prazo são muito importantes para situações de emergência ou imprevistos, pois sua ausência pode levar indivíduos a situações de crise, uma vez que diante de qualquer imprevisto que demande recursos financeiros, acabam recorrendo a instituições financeiras para contrair empréstimos ou financiamentos, pagando taxas de juros normalmente altas e ficando assim mais propensos ao endividamento, ou simplesmente perdendo o poder aquisitivo ao longo do período de pagamento de seus novos compromissos de crédito assumidos. Já no que tange as reservas de longo prazo, não as fazer implica na impossibilidade de conquistar objetivos maiores, como a aquisição de imóvel, construção de aposentadoria, ou pagamento de boa educação para os filhos. Inclusive, no que se refere a aposentadoria, atual foco de grande instabilidade política/popular no nosso país, e necessária ao equilíbrio da economia, deveria ter consideração especial nos planos financeiros de qualquer cidadão educado financeiramente.

Importante considerar que a alfabetização financeira é uma situação dinâmica, já que os mecanismos econômicos são variáveis, produtos novos de crédito e investimentos surgem com o passar dos anos, contendo variações que requerem atenção para poderem ser bem utilizados, as leis mudam, impactando nossas relações de trabalho e aposentadoria. Tudo isso requer acompanhamento constante por parte dos cidadãos que pretendem manter uma saúde financeira equilibrada e o mais longe possível de turbulências. Então, é necessário que a alfabetização financeira, e em especial o conhecimento financeiro, tenha manutenção permanente. O Banco Central do Brasil, através da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), oferece, com esse fim, cursos que visam incentivar indivíduos a aprofundarem seus conhecimentos na área financeira.

Isto posto, o objetivo do presente estudo foi alcançado, sendo possível concluir que, de um modo geral, o nível de educação financeira dos indivíduos avaliados é positivo e satisfatório, e que mantêm uma saúde financeira equilibrada.

Referências

- Atkinson, A. & Messy, F. (2015). *Financial Education for Migrants and their Families*. OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, n. 38, *OECD Publishing*.
- Banco Central do Brasil [BCB]. (2019). *Cidadania Financeira*, jun 2019. Programa cidadania financeira oferecido pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira>>.
- Brasil. (2010). *Decreto n. 7.397, de 22 de dezembro de 2010*. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF. Seção 1, p. 7-8.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4th ed.) São Paulo: Atlas.
- Hissa, G. (2009). *Cartilha de finanças pessoais*. Boa Vista: Boa Vista.
- Huston, S. J. (2010). Measuring Financial Literacy. *The Journal of Consumer Affairs*, 44(2).
- Malhotra, N. K. (2006). *Pesquisa de Marketing: Uma Orientação Aplicada*. (4th ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2009). *Fundamentos da Metodologia Científica*. (6th ed.) 7 reimp. São Paulo: Atlas.
- Matta, R. O. B. (2007). *Oferta e Demanda de Informações Financeira Pessoal: o Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal*. Brasília.
- Messy, F. & Monticone, C. (2016). Financial Education Policies in Asia and the Pacific. OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, *OECD Publishing*, Paris, (40). Disponível em <http://dx.doi.org/10.1787/5jm5b32v5vvc-en>.
- Mundy, S. (2011). Financial Education Programmes in Schools: Analysis of Selected Current Programmes and Literature – *Draft recommendations for best practices*. OECD. Mimeo.
- Organization For Economic Co-operation And Development [OECD], (2015a). OECD/INFE Toolkit for Measuring Financial Literacy and Financial Inclusion. *OECD Publishing*. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/2015_OECD_INFE_Toolkit_Measuring_Financial_Literacy.pdf>.
- Organization For Economic Co-operation And Development [OECD], (2015b). PISA 2012 Assessment and Financial Literacy. *OECD Publishing*. Disponível em: <http://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/pisa%202012%20framework%20e-book_final.pdf>.
- Oliveira, M. V. S. S. (2012). A corrente do bem da educação financeira: o cidadão está aprendendo o que o Banco Central está ensinando? In: ENCONTRO DA ANPAD, 23. Rio de Janeiro. *Anais do XXXVI EnANPAD*. Rio de Janeiro: ANPAD, p. 1-16.
- O'Guinn, T. C. & Faber, R. J. (1989). Compulsive Buying: A Phenomenological Exploration. *Journal of Consumer Research*, 16. p. 147-157, September.
- Potrich, A. C. G. (2016). *Alfabetização Financeira: relações com fatores comportamentais e variáveis socioeconômicas e demográficas*. 247 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria - RS.
- Potrich, A. C. G., Vieira, K. M. & Kirch, G. (2014). *Você é Alfabetizado Financeiramente?* Descubra no termômetro da alfabetização financeira. Encontro Brasileiro de Economia e Finanças Comportamentais, São Paulo, SP, Brasil.
- Ribeiro, C. A., Vieira, K. M., SANTOS, J. H. A., Trindade, L. L. & Mallmann, E.I. (2009). Finanças Pessoais: Análise dos Gastos e da Propensão ao Endividamento em Estudantes de Administração. In. SEMEAD. Rio Grande do Sul. *Anais...* Rio Grande do Sul: SEMEAD.

- Scheresberg, C. B. (2013). Financial literacy and financial behaviour among Young adults: Evidence and implications. *Numeracy*, 6(2), art.5.
- Xiao, J. J., Tang, C., Serido, J. & Shim, S. (2011). Antecedents and consequences of risky credit behavior among college students: application and extension of the theory of planned behavior. *Journal of Public Policy & Marketing*. 30(2). p. 239-258.

USO DE MEDIOS TECNOLÓGICOS, UN RESUMEN REFLEXIVO

Axel Etchart Vidal. etchart@unellez.edu.ve Universidad Nacional Experimental de los Llanos Occidentales "Ezequiel Zamora". UNELLEZ, Barinas, Venezuela.

RESUMEN

El uso de medios tecnológicos en la actualidad se ha vuelto cada vez más relevante en distintos ámbitos de la sociedad, como la educación, el trabajo, la comunicación y el entretenimiento. Desde una mirada reflexiva se pretende pensar los medios tecnológicos en entornos y realidades específicas con una mirada holística desde la complejidad del individuo que lo observa y el comportamiento de los actores que lo desempeñan. La metodología se fundamenta en el análisis reflexivo, empírico y perceptivo, con argumentación documental. Se concluye sobre la incidencia de los medios tecnológicos en los ámbitos de la sociedad.

Palabras claves: Medios Tecnológicos; TIC; TAC; Sociedad; Educación.

USE OF TECHNOLOGICAL MEANS, A REFLECTIVE SUMMARY

ABSTRACT

The use of technological media today has become increasingly relevant in different areas of society, such as education, work, communication and entertainment. From a reflective look, it is intended to think about technological means in specific environments and realities with a holistic look from the complexity of the individual who observes it and the behavior of the actors who perform it. The methodology is based on reflective, empirical and perceptive analysis, with documentary argumentation. It is concluded about the incidence of technological means in the spheres of society.

Keywords: Technological Media; ICT; LTK; Society; Education

INTRODUCCIÓN

Los nuevos tiempos demandan una distinta dinámica en el desempeño académico e intelectual. Para quienes hemos tenido la oportunidad de vivir otras épocas notamos cambios significativos tanto en el desempeño como en los recursos disponibles. Solamente al detenernos a pensar en el impacto que ha supuesto el avance tecnológico en las últimas décadas deja por demás un sinfín de argumentos que soportan la transición significativa en la conducta social y comunicativa entre el siglo XX y el XXI.

EL IMPACTO

En el ámbito educativo, los medios tecnológicos como las computadoras, las tabletas y el acceso a internet han permitido un acceso más fácil y rápido a la información, lo que ha facilitado

el proceso de enseñanza y aprendizaje. Además, la educación en línea y los sistemas de gestión de aprendizaje han permitido la realización de cursos y programas a distancia, lo que ha permitido la educación a personas que de otra manera no tendrían acceso.

Por su parte, en el ámbito laboral, los medios tecnológicos han permitido una mayor productividad y eficiencia en el trabajo, ya que los empleados pueden realizar sus tareas de manera más rápida y precisa con el uso de herramientas digitales. Además, las plataformas de trabajo en línea y las videoconferencias han permitido una mayor flexibilidad en el trabajo y la realización de reuniones y colaboraciones a distancia.

Asu vez, en el ámbito de la comunicación, los medios tecnológicos han permitido una mayor facilidad y rapidez en la comunicación, tanto a nivel personal como empresarial. El correo electrónico, las redes sociales y las aplicaciones de mensajería han permitido una comunicación instantánea con personas en cualquier parte del mundo.

Así mismo, en el ámbito del entretenimiento, los medios tecnológicos han permitido una mayor accesibilidad a distintas formas de entretenimiento, como películas, música, videojuegos y libros electrónicos. Además, las redes sociales y las plataformas de streaming han permitido una mayor interacción y participación en la comunidad de entretenimiento.

Ciertamente, todos estos cambios van liderados con la aparición de la internet como principal vehículo de la información y la comunicación, así como la democratización tecnológica, por llamarlo de alguna manera, disminuyendo los costos de adquisición y generando tanto infraestructura como dispositivos más eficaces y eficientes que permiten cada día la accesibilidad de más y más personas. Esta revolución, en pleno desarrollo, lleva consigo el sello conceptual de la tecnología de la información y la comunicación (TIC), pero como todo concepto dinámico en un proceso evolutivo, muta, dando paso a nuevas interpretaciones y diversas concepciones, son conceptos que se reafirman en una sociedad cambiante y evolucionan al ritmo del desarrollo de su entorno.

Así pues, la información y comunicación mediada tecnológicamente requiere ser vista como un proceso de aprendizaje y conocimiento para adecuarse a un mundo que demanda a este tipo de tecnología en su proceso de crecimiento intelectual, de ahí las Tecnologías del Aprendizaje y Conocimiento (TAC) “Las TAC tratan de orientar las tecnologías de la información y la comunicación (TIC) hacia unos usos más formativos, tanto para el estudiante como para el profesor, con el objetivo de aprender más y mejor” (Lozano 2011).

Las TIC juegan un rol tan importante en el día a día que las empresas las han asimilado como parte de la estrategia competitiva y en el comportamiento organizacional para fortalecer de manera endógena los cambios necesarios para adaptarse a los cambios que demandan los mercados. En este sentido la cadena de valor y la estructura de la competencia, conceptos acuñados y desarrollados por Porter basan su concepción en la tecnología de la información y la comunicación logrando modificar sus resultados (Rodríguez 2012). Entonces, vista la necesidad de mantenerse a la vanguardia de los cambios, las empresas, han dado el paso hacia el aprendizaje y el conocimiento centrado en el talento humano que las conforman.

La necesidad del dominio de las TIC en el desempeño laboral exige de parte de los trabajadores y empleados conocimientos básicos de esta tecnología con el objetivo de hacer los resultados más eficientes, veraces y pertinentes, en un mundo que gira en torno a la información, siendo esta, un insumo de vital importancia al momento de tomar decisiones y plantear proyectos en escenarios disímiles o semejantes. Así por ejemplo, la gerencia requiere de informes para la toma de decisiones, estos informes son producto de investigaciones de distinta índole debido a la magnitud y a las características de un proyecto determinado, teniendo el personal dispuesto para ello, recopiladores de información pertinente basada en un cúmulo de indagaciones y observaciones cuya interpretación se realiza a través de la tecnología (softwares competentes) dando como resultado posibles explicaciones, significaciones, tendencias y generalizaciones. (Aktouf 2001).

Este proceso de aprendizaje y conocimiento basa su formulación bajo cánones éticos que garanticen la originalidad de la información y permitan crear y contribuir con saberes genuinos en un discurso claro y científico fundamentado a la luz de análisis críticos debidamente referenciados amparados en un estado del arte producto de una cadena investigativa. Este accionar ético no solamente es potestad de la información con carácter académico, es también válido a nivel de informes administrativos y de reportes empresariales fundamentados en información debidamente amparada en su propiedad intelectual.

Dado que las TAC proporcionan búsqueda de la información, bibliotecas y wikis, comunicación y trabajo colaborativo, interacción multimedia, clasificación de documentos mas todo tipo de herramientas de comunicación (Guevara2017), la propiedad intelectual es fundamental en la pertinencia y credibilidad de la información proporcionada por el talento humano de la empresa. Para ello, los softwares antiplagio juegan un papel significativo para el apoyo didáctico y de construcción de contenidos empresariales, ejemplo de ellos, Plagiarism Checker (contenido) TinEye (imágenes). (Nuñez 2021)

Curiosamente el salto cuántico que ha dado la humanidad a causa de la pandemia que mantiene al orbe comprometido en su desarrollo social, económico y poblacional, ha servido para impulsar las TIC y empoderar las TAC en todos los niveles de desarrollo. Desde la óptica empresarial, los encierros sanitarios y la obligatoriedad del distanciamiento social obligaron el desempeño del teletrabajo como opción generadora de la economía.

Las empresas y en consecuencia su talento humano ha tenido que reinventar la manera de trabajar reformulando el desempeño en sus funciones, así, las tecnologías del aprendizaje y del conocimiento pasaron a formar parte de la capacitación que las empresas debieron dar a su personal para acometer su día a día por medio de la virtualidad. Por su parte Riascos y Aguilera (2011 p.151) “deducen que en el sector industrial existe una alta utilización (69%) de paquetes software que apoyan los procesos de la gestión de talento humano”.

En consecuencia, las empresas invierten recursos en capacitación de su talento humano, esta capacitación llega por medio de cursos virtuales y píldoras didácticas, en muchos casos se busca apoyo en sectores especializados en la enseñanza y el aprendizaje, incluso la experiencia

del autor en la empresa privada da fe del apoyo de las universidades en la capacitación en esta área.

CONCLUSIÓN

En general, el uso de medios tecnológicos tiene tanto beneficios como desafíos. Es importante que se utilicen de manera responsable y consciente para maximizar sus beneficios y minimizar sus desventajas.

Finalmente cabe destacar, el fuerte paralelismo existente entre las tecnologías de avanzada y la manera de empoderarse en las personas por medio del aprendizaje y el conocimiento, la sociedad actual se complementa con esta realidad a través de las redes sociales como WhatsApp, Telegram,, Facebook, Twitter y tantas más o los recursos que permite el internet, como por ejemplo YouTube, los Blog, los Stremer y tantas herramienta de gran importancia en el aprendizaje mediado por la virtualidad, o sea el internet. Todo ello es de gran impacto en la empresa actual y por lo tanto una vía expedita para transmitir el conocimiento a la fuerza laboral.

REFERENCIAS

- Aktouf, Omar. (2001). La metodología de las ciencias sociales y el enfoque cualitativo en las organizaciones: una introducción al procedimiento clásico y una crítica. Universidad del Valle ISBN: 958-670-171-9
- Guevara, Tomás (2017) Investigación sobre las tecnologías del aprendizaje y el conocimiento. Universidad especializada de las Américas -UDELAS- Panamá
- Lozano, Roser (2011) De las TIC a las TAC: tecnologías del aprendizaje y del conocimiento. Anuario ThinkEPI, v. 5, pp. 45-47.
- Núñez, Vilma (marzo 2021) Herramientas para detectar plagios de textos e imágenes. Blog; Vilma Núñez <https://vilmanunez.com/herramientas-para-detectar-plagios-de-textos-e-imagenes/>
- Riascos, Sandra y Aguilera, Adriana (2011) Herramientas TIC como apoyo a la gestión del talento humano. <http://www.scielo.org.co/pdf/cuadm/v27n46/v27n46a11.pdf>
- Rodríguez, José. (2012) *Nuevos usos estratégicos, todavía*. Tecnología ++. Universitat Oberta de Catalunya. <https://informatica.blogs.uoc.edu/nuevos-usos-estrategicos-todavia/>

INCIDENCIA DE LA SOSTENIBILIDAD EN LA GESTIÓN EDUCATIVA, LA SITUACIÓN LATINOAMERICANA

Iván Leonardo Medina Alvarado, MBA - PhD¹. Docente líder del Semillero de Investigación PROGRESSIO. Facultad de Ciencias y Tecnologías, Universidad Santo Tomás, Colombia. ivanmedina@usta.edu.co. ORCID 0000-0003-2728-9660

RESUMEN:

Ser sostenible se ha convertido en una de las metas más destacadas no solo por los empresarios y los gobiernos, sino que se ha evidenciado que ha cobrado un rol determinante al interior de los sistemas educativos, llevando la premisa de prologar con el paso del tiempo propuestas educativas que atiendan a las necesidades de los diferentes grupos poblacionales; desde esa mirada, este escrito busca comprender cuales son los aportes de la sostenibilidad para con la gestión educativa, específicamente en el contexto latino, siguiendo el método de revisión literaria donde se priorizan investigaciones, producciones académicas y libros que han escrito en los últimos años, acerca de la dirección educativa y la consolidación de acciones que den cuenta de un ecosistema sostenible para la educación. Así las cosas, se abordan tres ejes centrales que permiten comprender como incide la sostenibilidad en la gestión educativa, los cuales son: a) La sostenibilidad en el gobierno educativo, b) Relacionamiento con los stakeholders, y c) Valor compartido en la educación; pareciese que esta concepción de la sostenibilidad es distante de la realidad educativa, salvo que en el siguiente documento se analiza tal integración a partir de la mirada latinoamericana. Por último, se presentan las consideraciones finales a las cuales se llega posterior al análisis de tal realidad social, que involucra algunos otros sectores de la vida cotidiana.

Palabras clave: sostenibilidad, gestión educativa, sostenibilidad educativa, dirección educativa, cambio social, administración educativa.

INCIDENCE OF SUSTAINABILITY IN EDUCATIONAL MANAGEMENT, THE LATIN AMERICAN SITUATION

ABSTRACT:

Being sustainable has become one of the most outstanding goals not only by businessmen and governments, but it has also been shown that it has taken on a determining role within educational

¹ Líder del Semillero de Investigación PROGRESSIO, Decanatura de División de Educación Abierta y a Distancia, Facultad de Ciencias y Tecnologías, Universidad Santo Tomás, Bogotá D.C. Colombia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2728-9660>

systems, taking the premise of prolonging proposals over time. educational that meet the needs of different population groups; From that point of view, this paper seeks to understand the contributions of sustainability to educational management, specifically in the Latino context, following the method of literary review where research, academic productions, and books that have been written in recent years are prioritized. about the educational direction and the consolidation of actions that account for a sustainable ecosystem for education. Thus, three central axes are addressed that allow us to understand how sustainability affects educational management, which are: a) Sustainability in educational governance, b) Relationship with stakeholders, and c) Shared value in education; It seems that this conception of sustainability is distant from the educational reality, except that in the following document such integration is analyzed from the Latin American perspective. Finally, the final considerations are presented, which are reached after the analysis of such a social reality, which involves some other sectors of daily life.

Keywords: sustainability, educational management, educational sustainability, educational direction, social change, educational administration.

INTRODUCCIÓN

Al hacer referencia al concepto de sostenibilidad, quizás se vienen a la mente acciones en caminadas al cuidado del medio ambiente, la conservación de los recursos naturales entre otros; y si bien esto hace parte de la sostenibilidad, solo es una pequeña parte que la integra; tanto es que, para Gorrochategui, Martins, y Stevenson (2019), hoy en día la sostenibilidad y la intención de ser sostenible ha llegado para quedarse al interior de los sistemas educativos, lo cual plantea un importante llamado de atención para quienes ejercen la labor de dirigir un centro educativo, una institución educativa y las riendas de la agenda pública en términos educativos, no solo por su relevancia al momento de la toma de decisiones sino por las repercusiones que esto trae en las futuras generaciones.

Comprender la educación desde una mirada sostenible plantea un escenario en el cual se deben integrar las tres perspectivas de la sostenibilidad, donde según Medina-Alvarado (2022) son: desde un punto de vista social, económico y ambiental; esto quizás para muchos representa una concepción relacionada directamente con la administración empresarial, salvo que se debe recordar que el concepto de sostenibilidad tiene la particularidad de adaptarse perfectamente a múltiples escenarios, toda vez que, el concepto -sostenible- se relaciona a su vez con la sobrevivencia con el paso del tiempo, equilibrando el correcto uso de los recursos para prolongar un ciclo de vida, el cual desde la perspectiva educativa se relaciona con el funcionamiento de los sistemas educativos y la gestión correcta de la educación.

Para confeccionar esta propuesta, el siguiente documento analiza la situación de los sistemas educativos en Latinoamérica, comprendiendo desde múltiples visiones la pertinencia de las propuestas educacionales y la puesta en marcha de modelos educativos; no sin antes considerar la marcada afectación de la pandemia del COVID-19, la cual ha permitido a nivel

mundial reflexionar sobre la pertinencia de muchas de las tareas que se ejecutan al interior de una organización, ya sea con ánimo de lucro o sin él; cabe mencionar que se aborda el concepto de sostenibilidad desde una mirada holística con la cual se pretende comprender como inciden o tienen relación ciertas prácticas que denotan el curso de una sociedad que pretende hacer frente a las necesidades y dificultades por las cuales todo grupo poblacional esta llamado a hacer frente.

Gestión educativa sostenible, ¿un concepto nuevo?

El concepto de sostenibilidad en el siglo XXI ha cobrado mayor relevancia en casi todos los aspectos de la vida diaria, tanto es que es visto según Hernández, Redondo, y Ospina (2018) por muchos gobiernos, empresas y organizaciones no gubernamentales, como un indicador que permite comprender y medir el actuar de diferentes instituciones desde el entorno en el cual interactúan y como gestan relaciones para con sus grupos de interés o también llamados - stakeholders-; si bien para Medina (2019) esto no es nuevo para el ecosistema empresarial y desde la misma administración pública, lo que resulta imperante por comprender en este documento, es la relación de dos conceptos de: -sostenibilidad- y -educación-, y como han tenido, tienen y seguramente tendrán para con el desarrollo social y el progreso de las regiones en especial del entorno latinoamericano una marcada incidencia. Ahora bien, al revisar el comportamiento de la sociedad latinoamericana y las características únicas de la población latina, se presenta a continuación un análisis desde tres grandes perspectivas, como son:

- La sostenibilidad en el gobierno educativo
- Relacionamiento con los stakeholders
- Valor compartido en la educación

Cabe mencionar que, al hacer referencia al ecosistema latinoamericano, se han analizado tales perspectivas desde la mirada de algunos países latinos como son: México, Colombia, Chile, Ecuador, Perú, Brasil y Argentina, siendo estos países algunos de los que comparten información relacionada con el desempeño de sus sistemas educativos y que a su vez tienen mayor representación en relación a los resultados alcanzados, desafíos por afrontar y los complejos retos que deben asumir para seguir transformando la sociedad desde la educación.

La sostenibilidad en el gobierno educativo

El desempeño de un país en términos sociales incluye gran parte de los logros que demuestra su sistema educativo, es por esto que desde los postulados de Calderón-Gutiérrez (2017) el concepto de sostenibilidad tiene incidencia en la gestión educativa puesto que favorece la revisión de elementos como: cumplimiento de metas, desarrollo de planes de trabajo y sobrevivencia de estos; resulta necesario analizar desde una mirada macro, meso y micro; tanto es, que el estudio de las políticas públicas es visto como un pilar para analizar la articulación de la

educación en sus diferentes niveles educativos, demostrando así la pertinencia de las acciones que se erigen desde el ámbito nacional de cada país, para luego llevarlo a la realidad de las grandes ciudades, las municipalidades y en general atender las necesidades particulares de cada región.

En Latinoamérica la revisión y actualización constante de las políticas públicas en términos educativos lastimosamente según Barranco, Cano, Esteban, y González (2022), no ha sido un tema central de los gobiernos que han gestionado la situación política y gubernamental de la última década; esto sin contar las grandes brechas que se evidenciaron durante la pandemia generada por el COVID-19, ya que se incrementó y agudizó la situación precaria de las condiciones en las cuales la educación en todos sus niveles demostró una cruda realidad, develando hechos como:

- La carencia de recursos
- La falta de capacitación en docentes
- La obsolescencia de prácticas pedagógicas
- La poca cualificación docente

Esto por mencionar algunas de las situaciones más graves, sin dejar a un lado la marcada afectación de la corrupción; hechos que desde la Agenda Global 2030 según afirma Echenberg y García-González (2018) hicieron reflexionar a muchos países, instituciones educativas, organismos no gubernamentales y hasta las empresas, ya que a futuro las consecuencias en términos de capacitación y mano de obra calificada tendrán repercusiones en los sistemas económicos, culturales y sociales.

Hoy en día cuando la pandemia del COVID-19 ya ha dejado cifras nunca antes vistas en términos de la educación, lastimosamente se han materializado muchas de las complejas situaciones que se vienen en países con económicas tercermundistas, ya que la inequidad social sé disparó en más de un 150% y como consecuencia se tiene la poca flexibilidad por parte de los gobiernos para gestionar sistemas educativos que respondan a las realidades de los entornos, a las particularidades de sus regiones, a la pertinencia de sus culturas, a la heterogeneidad cultural y ancestral que se tienen en las aulas de clase y que permea a todos los niveles educativos.

Desde la perspectiva de Medina-Alvarado (2019), se menciona que el ejercer la docencia implica que se deban contemplar las grandes brechas por las cuales la población estudiantil atraviesa, y esto genera complicadas formas de construir el conocimiento, que si bien no son imposible de manejar, si demuestran que el rol del docente debe ser considerado al momento de gestionar acciones de cambio en un sistema educativo que pretenda ser sostenible, equitativo, coherente y antes que nada de calidad.

Desde varios puntos de vista, tanto de expertos en temas de educación como directores educativos, ministros de educación, entre otros; y según Baeza y Vallejos (1996) resulta clave y determinante la participación de los docentes en la gestión de políticas públicas y la construcción

de planes, programas y proyectos que den cuenta de una verdadera articulación de los actores que hacen parte del ecosistema educativo de un país y de una región, cabe mencionar que al hacer alusión a la mirada de región como Latinoamérica, es de suma importancia tener presente los lazos culturales que unen a esta población del mundo y como al revisar la situación social de algunos de los países que la conforman, de allí que García-Valcárcel y Casillas Martín (2021) evidencian tendencias que marcan un comportamiento como región en términos sociales, los cuales una vez más se recuerda que son ajenos a la situación educativa, de allí que la internacionalización y revisión de acciones educativas desde una mirada global no pueden pasar desapercibidos.

Un elemento esencial según para Idrovo-Carlier y Torres-Castillo (2017), se identifica en la relevancia de la gestión sostenible que se percibe en la toma de decisiones y las implicaciones que esto le representa a quien ejerce la gerencia educativa, no se puede olvidar que tanto los sistemas educativos, las instituciones así como las comunidades en el entorno educativo, son el resultado del conjunto de decisiones que con el paso del tiempo y desde la planeación educativa, unifican prioridades que previamente se han identificado proponiendo así, escenarios en los que la población educativa demuestra la cohesión entre el sistema educativo y la realidad social; ahora bien, para Melendro (2012) esta planeación educativa cuando se analiza desde la mirada latina una vez más comparte grandes retos para quien estructura y mide el desempeño educativo a partir de indicadores, los cuales cabe mencionar son de diferentes tipos y solo por nombrar algunos de ellos se tienen:

- Cobertura
- Cualificación docente
- Asignación de recursos
- Acceso de tecnología
- Pertinencia
- Apropiación social del conocimiento
- Entre otros

Es de suma relevancia comprender que la planeación educativa según lo propone Medina Alvarado (2020) es la encargada de planear, organizar, dirigir, controlar y retroalimentar el desempeño de un sistema educativo; el cual a su vez y de forma armónica debe articular la propuesta educativa que requiere cada región, comunidad y entorno educativo, ya que otra de las grandes falencias que el escenario latinoamericano vive, es la desarticulación entre los diferentes niveles educativos donde la educación inicial, la educación media, bachillerato o preparatoria y la educación superior en sus diferentes niveles, van en muchas ocasiones hacia diferentes rumbos.

La desarticulación entre los niveles de formación desde la mirada de Rojas-Betancur (2009), se ve reflejado en países como Colombia, Chile y México, los cuales deben sortear grandes esfuerzos para disminuir los indicadores de desescolarización o también llamado abandono escolar, donde la educación es vista como un capricho de la sociedad y no se identifica como un verdadero camino para progresar y construir un proyecto de vida, ante esta compleja situación se materializa la necesidad de hacer cambios profundos en los sistemas educativos y comprender la dinámica social desde una perspectiva, local, regional, nacional e internacional, porque allí se suma otro elemento que llegó para quedarse y es la hiperconexión digital abordada en el siguiente apartado, y la cual para Betancourt, Pinto, Estrada, y Otros. (2020) no es más que el exceso de información a la cual está expuesta la población que carece de argumentos para priorizar la educación como respuesta a las brechas sociales, sumiendo a las comunidades al desconocimiento, a la vulneración de derechos, a la inequidad y a la desigualdad social.

Relacionamiento con los stakeholders

Cuando se está analizando el concepto de sostenibilidad, sin igual a dudas es prioritario analizar la gestión de relaciones con todo aquel que se ve afectado tanto positivamente como negativamente por una acción que ejerce ya sea una empresa, organización gubernamental o no gubernamental para con el entorno, y esta gestión de relaciones con los llamados grupos de interés es comúnmente conocida como -relacionamiento con los stakeholders-, así las cosas, para Heincke (2009) la tarea de estar en constante comunicación, relacionamiento, acercamiento y demás, se percibe como un acción que proporciona canales de comunicación eficientes para consolidar canales de comunicación bidireccionales a todos los actores que integran una comunidad, ya sea económica, política, cultural, o de cualquier tipo, en este caso, se hará referencia a una comunidad educativa y a quienes integran los sistemas educativos latinoamericanos.

Ser sostenible en el tiempo le representa a un sistema educativo la gestión correcta de tres perspectivas de la sostenibilidad, como son: a) sostenibilidad económica, b) sostenibilidad ambiental y c) sostenibilidad social; es por esto que, el gerente educativo ya sea visto al mando de una institución educativa o a cargo de la cartera pública de la educación al interior de un país desde el punto de vista de Barba-Solano y Hernández-Aguila (2009) es un protagonista clave al momento de equilibrar esta triada, más aún cuando el entorno global ha venido experimentando una convulsionada serie de situaciones que traen consigo el hacer frente al cambio y comprender que el comportamiento de un sistema educativo es el resultado de la interacción de múltiples actores muchos de ellos cercanos y otros no tanto con la agenda educativa local, regional y nacional; esta situación en Latinoamérica de acuerdo con Lozano-Flórez (2017), en la última década se ha traducido en grandes disonancias, como lo son; entre el sector educativo para con el sector productivo, político, social, cultural, religioso, entre otros.

La relevancia de gestar relaciones cercanas con los grupos de interés se traduce en la constante posibilidad de estar optimizando el sistema educativo, el cual para Zerda et. al. (2009), como cualquier sistema está en constante ejecución y no se detiene, sino que debe saber hacer uso de las interacciones que le representan los entornos en los que las comunidades educativas interactúan y conviven entre sí, ejemplo de esto y desde la óptica latina se comprende la incidencia de la hiperconexión digital a la cual muchos ciudadanos tienen acceso y con la cual conviven día a día, esta excesiva conexión en su momento representó disminuir las brechas de comunicación que existen entre personas que no conviven en un mismo entorno físico, pero con el paso del tiempo se ha evidenciado que ha vulnerado a la población a las consecuencias del exceso de información, y no precisamente por lo que representa el acceder a la información, sino la carencia de criterios con los cuales una población con bajos niveles de educación sabe identificar y clasificar la información que es verdadera de la información que es falsa.

Para Fernández (2012), la manifestación de la volatilidad de información se aprecia cuando las personas en muchos casos al no contar con niveles de educación son fáciles de manipular y esto ha sido uno de los elementos que ha sobresalido en gran parte de los estallidos sociales de los últimos tiempos, y que se viven en la época de la pandemia del COVID-19 en el entorno latino, denotando la movilización de masas, la estabilidad política de algunos los países, el desempeño económico, entre otros; y son la radiografía social de un población que ha convivido con el acceso a la información de forma desmesurada y representan entre otras cosas, el resultado de sistemas educativos un poco adoctrinados y concentrados en prácticas educativas de siglos como lo son el siglo XIX y el siglo XX.

El relacionamiento con los grupos de interés en un sistema educativo, tal como lo propone Shelton, Gacitúa, y Sojo (2012), deben estar en todo momento de cara a las necesidades sociales y contando con la participación de los actores y quienes les representan, es por esto que deben ser escuchados e involucrados: padres de familia, empresarios, gobernantes públicos, docentes, agremiaciones sindicales, expertos en educación y en general cada actor social; este relacionamiento debe corresponder a mesas de interacción o también llamados círculos de comunicación, en los que no solo se busca debatir sobre un tema central que le competente a la educación, sino que adicional a este espacio de comunicación es prioritario que se gesten las soluciones o posibles soluciones a las necesidades sociales; ahora bien, por la generación de estos espacios según lo indica Alberti, Villena, y Peluffo (2015) resulta todo un desafío para los gobiernos latinoamericanos ya que por cientos de años y vinculado a la cultura popular, los interés particulares hacen que se frustren estos entornos, y se conviertan en espacios para la consecución de favores políticos, favorecimiento de nombramientos, disputas sindicales, entre otros, dejando así a la población que representa la gran mayoría en un estado de desolación y una vez más con poca credibilidad en los sistemas educativos.

Es imperante mencionar que si bien, el relacionamiento con los stakeholders hace que un sistema educativo optimice constantemente su razón de ser, para Gómez y Cifuentes (2016), es

necesario destacar que no solo debe ser el sistema educativo el responsable de generar estos espacios, y deben ser los diferentes escenarios y aspectos de la agenda pública al igual que diferentes organizaciones, los que cuentan con la misma responsabilidad de fomentar este tipo de relacionamientos, ya que el sistema educativo es solo una arista de la realidad de un país o de un entorno y deben toda las organizaciones y estamentos de una sociedad los llamado a estar favoreciendo este tipo de relacionamiento que permite unificar información que haga frente al cambio y desde la cual se permitan ajustes a las políticas públicas, los mandatos públicos y las directrices que se generan al interior de una institución educativa.

Para el caso de Latinoamérica, Hernández J. (2017) da a conocer que la historia comparte que es muy poca la interacción entre los actores sociales de todo tipo para con la agenda educativa y países como Argentina, Chile, Brasil, Perú, Colombia entre otros; quienes han tratado de fortalecer estas acciones de relacionamiento entre los actores sociales frente a las acciones del entorno educativo, lastimosamente muchas de estas iniciativas se han limitado a generar acuerdos, alianzas, tratados, entre otros a los cuales el seguimiento y la constante gestión se ha limitado a unos pocos, quizás porque no todos sus integrantes se sientes igualmente representados y particularmente porque se ha tornado más como espacios políticos y de politiquería que en verdaderas mesas de comunicación para generar soluciones, es tal la incredulidad del relacionamiento con los diferentes sectores desde la agenda educativa, que muchos ciudadanos cuestionan la objetividad de dichas acciones y perciben que tales escenarios se han consolidado como trampolines para acceder a escaños políticos, cargos públicos y de intereses para empresarios y grupos económicos, aludiendo una vez más a la corrupción desde los gobiernos como el detonante de la desigualdad social y la gran inequidad y que viven y perciben los ciudadanos latinos.

Valor compartido en la educación

El concepto de valor compartido día a día cobra mayor relevancia en el contexto de la sostenibilidad y, por lo tanto, según Gorrochategui, Martins, y Stevenson (2019), quienes tienen la labor de liderar acciones a favor de escenarios sostenibles deben integrar su quehacer por lograr que no solo sea una meta individual o particular a favor de la participación colectiva en caminata a la gestión correcta de los recursos, sino que deben encaminar sus acciones para que los stakeholders se sientan comprometidos para unificar esfuerzos que den como resultado que la materialización de una verdadera gestión sostenible; es por esto que para Évora-Capote (2020), una de las formas de definir el concepto de valor compartido a partir de la mirada de la educación y de cara a la agenda educativa incluye no solo la capacidad de crear valor económico, como tal vez es visto desde la mirada empresarial; y se orienta a la satisfacción de necesidades sociales en primera instancia, para favorecer el cumplimiento de requerimientos ambientales que den cuenta de un correcto uso y gestión de las finanzas.

Es clave comprender que la generación de valor compartido en el escenario educativo debe ser identificado de forma diferente a la mirada de la gestión empresarial, ya que por ejemplo como lo menciona Echenberg y García-González (2018): como la responsabilidad social empresarial -RSE- tiene total cabida para las acciones de un empresario, el concepto de responsabilidad social universitaria -RSU- es el concepto correcto para ser usado desde la perspectiva sostenible de un institución de educación superior; así las cosas, no se puede desconocer que el concepto de valor compartido en la educación es imperante que sea incluido en todo el actuar de un sistema educativo y debe estar contemplado en la planeación educativo que transversalmente unifica la razón de ser de la educación en los diferentes niveles educativos y entornos académicos.

Si bien el valor compartido desde la mirada educativa es poco explorado en el escenario global, cabe mencionar que este resulta importante que se involucre en el quehacer de quienes pretenden hacer de la educación un entorno sostenible, no como un modismo o un medio para pretender ser sostenibles ante los grupos de interés, sino todo lo contrario ya que, el valor compartido requiere la confección de alianzas estratégicamente claras frente a las tareas, planes, indicadores, metas, objetivos y en general en los resultados esperados en términos educativos; cabe mencionar que tal como lo propone Barranco, Cano, Esteban, y González, (2022), el concepto de valor compartido en la educación no se puede limitar a un determinado nivel educativo o grupo poblacional, puesto que este debe ser lo suficientemente robusto y amplio para integrar la sociedad para con la generación de soluciones frente a las necesidades que se tienen, es por esto que una de las maneras que se han identificado que pueden favorecer la articulación en los diferentes niveles de educación, es a partir de la construcción de espacios de interacción donde todos los grupos de interés se sientan representados no solo en la identificación de oportunidades de mejora, sino en la construcción misma de las soluciones lo cual en otras palabras conduce a la verdadera concepción del valor compartido en la agenda educativa.

Ahora bien, es claro identificar que la construcción del valor compartido en la educación no es una labor que se materialice en el corto plazo o desde la inmediatez, todo lo contrario, para Medina-Alvarado (2022) es un proceso que requiere una planeación estratégica cuidadosa y contextualizada a las particularidades de los grupos poblacionales; es por esto que al observar realidad latinoamericana hay cientos de ejemplos que resultan claro de identificar no son el resultado de la integración social para con la generación de soluciones, tanto es que, países como México, Chile, Perú, Ecuador y algunos países centroamericanos, han venido atravesando en la última década por una transformación social que ha traído en muchos casos la solución de algunas necesidades pero a la vez la amplitud de otro tipo de brechas, visualizando soluciones inmediatas que no atienden a las necesidades integrales de la sociedad, aseverando en muchos casos la realidad inicial.

Latinoamérica tiene muchas oportunidades para lograr hacer que el valor compartido sea un verdadero camino para hacer frente a las diversas necesidades sociales; ahora bien, según

comparte Calderón-Gutiérrez (2017), la tarea que se debe gestar desde los gobiernos y por ende al interior de los sistemas educativos, debe dar cuenta de una articulada participación de comunidades indígenas, negritudes, víctimas de conflicto armado, organizaciones no gubernamentales que prioricen la participación de la mujer y antes que nada, la participación de la comunidad sin importar su ideología política, orientación sexual, capacidad económica, entre otros; de esta forma la confección de soluciones que pueden ser atendidas desde la educación en todos sus niveles estará acercando a la sociedad latina a la construcción del valor compartido desde la educación.

Por último, cabe mencionar que la gestión de acciones enfocadas a la sostenibilidad en el marco de la educación, debe atender las particularidades y la pertinencia de la educación en cada población, esto considerando que la cultura latina esta marcada por el afán de adoptar modelos educativos y prácticas pedagógicas externas, y que si bien algunas de estas prácticas pueden haber sido exitosas en otros contextos, por la heterogeneidad cultural y social latina se deben hacer grandes esfuerzos para que se creen modelos educativos propios, que denoten la ancestralidad de los territorios y que suplan las necesidades únicas de la sociedad y que sirvan a las futuras generaciones para encontrar el propósito mismo de la educación como integrador social del cambio.

CONSIDERACIONES FINALES

Al momento de evaluar el desempeño de un sistema educativo ya sea el latino y de cualquier parte del mundo, siempre resulta ser una labor que no se puede limitar en si misma a la educación, sino que debe permear muchas otras áreas en las que la población participa y tiene incidencia; esto hace que el concepto de sostenibilidad sea llamado a ser integrado en la confección de políticas públicas, planes, programas y proyectos; todas estas dando como resultado que la participación social tenga una alta dosis en articulación con los diferentes niveles educativos y que las voces de quienes integran un sistema educativo sea consideradas con la representación que se merecen.

Al pretender comprender que un sistema educativo sea sostenible, es indispensable analizar tres perspectivas para que este pueda contemplar la sostenibilidad social, económica y ambiental; en todo caso el gerente educativo quien a la vez ejerce un liderazgo marcado por la participación constante de sus grupos de interés, está llamado a analizar todos los cientos de escenarios que puede traer consigo la generación de soluciones sociales desde la educación, representando sin igual a dudas que el gerente educativo no tiene ganada la premisa de ser sostenible, sino que debe estar en un trabajo arduo y continuo por promover que los actores sociales contribuyen en ese camino de ser sostenible e incluyente, administrando un correcto uso de los recursos: económicos, financieros, intelectuales, culturales, tecnológicos, entre otros.

El camino de ser sostenible demanda una articulación de todos los niveles de formación y esto hace que la educación inicial que incluye a su vez prácticas pedagógicas, revisión de modelos

educativos pertinentes, adopción de tecnologías educativas, gestión de recursos lúdicos, entre otros; se debe proyectar de manera que abarque otros niveles de educación como lo son el nivel de formación de la educación media, en la cual se arraigan rasgos mismos del intelecto de las personas, se afloran los rasgos de la personalidad, haciendo de la educación un medio para fortalecer las potencialidades de cara al estudiante, quien más adelante llegará a la educación superior a través de un recorrido integral del entorno y del conocimiento de sí mismo; es por esto que la educación de forma transversal se articula con otras áreas del conocimiento como la sociología, la psicología, la antropología entre otras por nombrar alguna de ellas, permitiendo ser el reflejo del estado por el cual atraviesa una sociedad.

Hoy en día se ha cuestionado mucho el rol de la educación y la pertinencia de esta en la vida diaria, tanto es que muchos empresarios y celebridades mencionan que no es necesario el contar con un título de formación académica para afrontar la vida, y es quizás allí donde se debe dejar clara la finalidad misma de la educación, la cual no es garante de un futuro exitoso, pero sí forja el camino para serlo; es claro que la educación no es la acumulación de titulaciones académicas, pero sí resulta ser un determinante al momento de evaluar indicadores como el nivel de vida, la calidad de vida y hasta la esperanza de vida, los cuales se relacionan directamente con un proceso de educación pertinente y coherente para con las demandas sociales de un grupo poblacional.

Por último, se identifica la importancia de consolidar el concepto de valor compartido desde la educación, entendido este como el medio desde el cual los sistemas educativos alcanzan su autogestión y se orientan a estar en una constante actualización que demuestra pertinencia, objetividad y calidad; no se puede desconocer que la educación y los procesos educativos dan cuenta de las necesidades que un territorio requiere suplir, y esto por esto que no se pueden instrumentalizar los procesos educativos para el adoctrinamiento o la estandarización del conocimiento, sino que deben ser una puerta al conocimiento y a la verdadera formación Integral.

REFERENCIAS

- Alberti, G., Villena, J., y Peluffo, M. (2015). Desarrollo territorial y cohesión social en América Latina: la visión de las PyME. Barcelona: Ediciones Octaedro, S.L.
- Baeza, M., y Vallejos, P. (1996). Actores sociales y desarrollo de la regionalidad. Revista Última Década, 1-9. <https://www.redalyc.org/pdf/195/19500504.pdf>
- Barba-Solano, C., y Hernández-Aguila, E. (2009). El desarrollo económico y social de la zona metropolitana de Guadalajara: oportunidades y restricciones para el futuro. Guadalajara: Universidad de Guadalajara.

- Barranco, R., Cano, E., Esteban, B., y González, I. (2022). Retos para la sostenibilidad y el desarrollo social, educativo y económico-laboral: análisis de experiencias. Madrid: Editorial Dykinson.
- Betancourt, R., Pinto, A., Estrada, B., Torres, C., Gutiérrez, D., Henao, F., Castro, E., Madrigal, M., Vélez, J., Restrepo, J., Ríos, M., Pérez, J., López, J., y Elles, L. (2020). La educación 4.0 para la sostenibilidad en contextos cambiantes. Envigado: Fondo Editorial, Institución Universitaria de Envigado.
- Calderón-Gutiérrez, F. (2017). La construcción social de los derechos y la cuestión del desarrollo. Buenos Aires: CLACSO.
- Echenberg, M., y García-González, D. (2018). Repensando la sostenibilidad desde las humanidades y las ciencias sociales: definiciones, problemas y miradas desde Latinoamérica. Ciudad de México: Bonilla Artigas Editores.
- Évora-Capote, I. (2020). Propuesta de aplicación de la educación: para el desarrollo sostenible en la universidad cubana. La Habana: Editorial Universitaria.
- Fernández, S. (2012). Política social y desarrollo humano: la nueva cuestión social del Siglo XXI. Nómadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas., 1-22. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18118941001>
- García-Valcárcel, A., y Casillas Martín, S. (2021). Nuevos horizontes para la digitalización sostenible en educación. Madrid: Editorial Dykinson.
- Gómez, E., y Cifuentes, A. (2016). Nuevas concepciones sobre el desarrollo en América Latina: elementos para el debate desde los movimientos sociales y la universidad. Madrid: Editorial Universidad de Burgos.
- Gorrochategui, N., Martins, V., y Stevenson, N. (2019). Responsabilidad Social de las Organizaciones (rso): Estudios desde la mirada de la Responsabilidad Social hacia los Objetivos de Desarrollo Sostenible en América Latina. Santiago de Chile: RIL editores.
- Heincke, M. (2009). La responsabilidad social empresarial: ¿una herramienta para el desarrollo local sostenible en Colombia? Revista Opera, 1-22. <https://revistas.uexternado.edu.co/index.php/opera/article/view/1457/1389>
- Hernández, J. (2017). Transdisciplina y complejidad: aportes de las ciencias sociales en América Latina, el Caribe y Colombia al desarrollo social. Sincelejo: Corporación Universitaria del Caribe - CECAR.

- Hernández, J., Redondo, A., y Ospina, O. (2018). Industrias culturales y economía creativa en Latinoamérica: desarrollo económico y social en la región. Bogotá: Editorial Uniagustiniana.
- Idrovo-Carlier, S., y Torres-Castillo, C. (2017). El lado humano de la sostenibilidad: reflexiones desde lo privado y lo público. Chía: Universidad de La Sabana.
- Lozano-Flórez, D. (2017). Desarrollo, educación rural y construcción de la paz en Colombia. Bogotá: Ediciones Unisalle.
- Medina Alvarado, I. L. (2020). Liderazgo y gestión educativa como dos premisas del éxito o fracaso en el ecosistema educativo latinoamericano. *Revista Caribeña de Ciencias Sociales*, 1-7. <https://www.eumed.net/rev/caribe/2020/04/liderazgo-gestion-educativa.html>
- Medina, I. L. (2019). Economía y educación, dos conceptos determinantes en el desarrollo de la sociedad latinoamericana. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 2-12. <https://www.eumed.net/rev/cccss/2019/04/economia-educacion-sociedad.html>
- Medina-Alvarado, I. L. (2019). Retos contemporáneos en la labor docente: ¿cómo es la situación en Latinoamérica? *Espiral, Revista de Docencia e Investigación*, 183-194. <http://revistas.ustabuca.edu.co/index.php/ESPIRAL/article/view/2445>
- Medina-Alvarado, I. L. (2022). La responsabilidad social universitaria y su aporte en la dirección educativa en Latinoamérica. *Revista Enfoques Educativos*, 26-37. <https://doi.org/10.5354/2735-7279.2022.67581>
- Melendro, M. (2012). Ideas: iniciativas de educación ambiental para la sostenibilidad. Madrid: UNED - Universidad Nacional de Educación a Distancia.
- Rojas Betancur, H. M. (2009). La importancia de las políticas públicas de formación en investigación de niños, niñas y jóvenes en Colombia, para el desarrollo social. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 885-906. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77360214>
- Shelton, D., Gacitúa, E., y Sojo, C. (2012). Desafíos del desarrollo social en Centroamérica. San José: FLACSO.
- Zerda, Á., Bejarano, P., y Orjuela, F. (2009). La educación superior: tendencias debates y retos para el siglo XXI: sostenibilidad y financiación. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.